



# COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS NA AMÉRICA LATINA: DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E COOPERAÇÃO PARA UM FUTURO RESILIENTE

**Luana Gontijo Sant'Anna Vaz de Melo Dorneles**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) | luanagontijo@cedeplar.ufmg.br

---

## Sessão Temática 06: Natureza, crise ambiental e mudanças climáticas

---

**Resumo:** Os desafios ambientais e climáticos globais exigem novas abordagens no desenvolvimento para garantir um futuro resiliente. Na América Latina, a diversidade biótica, as disparidades regionais e a falta de coordenação política e econômica tornam o enfrentamento das questões climáticas ainda mais complexo. Este artigo investiga, a partir de ilustrações empíricas, como as comunidades sustentáveis latinoamericanas contribuem para soluções autônomas e inovadoras, focando no desenvolvimento endógeno, no uso sustentável de recursos locais e na mobilização de saberes populares. A pesquisa também aborda a gestão dos bens comuns, destacando a importância da governança local, e analisa redes de cooperação que fortalecem a coesão social e descentralizam as atividades econômicas. O estudo propõe essas práticas como modelos para um futuro mais sustentável e resiliente, apontando tanto as potencialidades quanto as limitações dessas alternativas.

**Palavras-chave:** Comunidade; sustentabilidade; desenvolvimento endógeno; inovação; resiliência.

## SUSTAINABLE COMMUNITIES IN LATIN AMERICA: DEVELOPMENT, INNOVATION AND COOPERATION FOR A RESILIENT FUTURE

**Abstract:** *The global environmental and climate challenges call for new development approaches to ensure a resilient future. In Latin America, its rich biodiversity, regional disparities, and lack of political and economic coordination make addressing climate issues even more complex. This article explores, through empirical examples, how sustainable Latin American communities contribute to autonomous and innovative solutions, focusing on endogenous development, the sustainable use of local resources, and the mobilization of local knowledge. The research also discusses the management of common goods, emphasizing the importance of local governance, and examines cooperation networks that strengthen social cohesion and decentralize economic activities. The study presents these practices as models for a more sustainable and resilient future, highlighting both the potential and limitations of these alternatives.*

**Keywords:** *Community; sustainability; endogenous development; innovation; resilience.*

---

## COMUNIDADES SOSTENIBLES EN AMÉRICA LATINA: DESARROLLO, INNOVACIÓN Y COOPERACIÓN PARA UN FUTURO RESILIENTE

**Resumen:** *Los desafíos ambientales y climáticos globales exigen nuevos enfoques de desarrollo para garantizar un futuro resiliente. En América Latina, su rica biodiversidad, las disparidades regionales y la falta de coordinación política y económica hacen que abordar los problemas climáticos sea aún más complejo. Este artículo explora, a partir de ejemplos empíricos, cómo las comunidades sostenibles latinoamericanas contribuyen a soluciones autónomas e innovadoras, centradas en el desarrollo endógeno, el uso sostenible de recursos locales y la movilización de saberes locales. La investigación también aborda la gestión de los bienes comunes, destacando la importancia de la gobernanza local, y examina redes de cooperación que refuerzan la cohesión social y descentralizan las actividades económicas. El estudio presenta estas prácticas como modelos para un futuro más sostenible y resiliente, señalando tanto las potencialidades como las limitaciones de estas alternativas.*

**Palabras clave:** *Comunidad; sostenibilidad; desarrollo endógeno; innovación; resiliência.*

## INTRODUÇÃO

Comunidades sustentáveis podem assumir uma ampla gama de tipos e escalas, incluindo ecovilas, cooperativas, assentamentos, cidades de transição, cidades verdes, comunidades intencionais, *co-housing*, eco-bairros e mais. Elas também surgem a partir de diferentes razões e contextos. Algumas iniciativas podem emergir de práticas tradicionais, míticas e religiosas, incorporando a ideia de que natureza e humanidade devem viver em harmonia. Contudo, outras têm origem em movimentos sociais e ativistas, abraçando a sustentabilidade ecológica como chave para a sobrevivência diante do avanço da crise climática.

Referindo-nos ao segundo tipo, nosso interesse foca principalmente na sustentabilidade e na territorialidade, em especial nas práticas que se desenrolam nessa interação. Reconhecemos que o tempo e o espaço não são puramente materiais, mas resultam de cada sociedade e de seu modo de produção (Lefebvre, 1991; Schmid, 2012). Assim, as comunidades sustentáveis podem representar um *conatus* (Spinoza, 1994), um ato de perseverança para conquistar tempo e espaço por meio de uma lógica barroca (Gago, 2017) que reconhece a combinação de práticas que incorporam a criatividade, a diversidade, a complexidade e a adaptação às especificidades locais como formas tanto de reprodução da vida quanto de resistência às lógicas de exploração e expropriação comuns ao período hodierno.

Ao observar as dinâmicas do capitalismo, notamos que a acumulação primitiva e a acumulação por despossessão promovem a concentração de capital, o que envolve a expropriação e a separação dos trabalhadores dos seus meios de produção, como terras, florestas e outros recursos naturais, trazendo como possíveis consequências dessas dinâmicas a destruição ambiental, a concentração fundiária, a marginalização das populações locais, a privatização de bens comuns, o desmatamento para fins comerciais, e a expulsão de comunidades locais (Harvey, 2003). Nesse contexto, as comunidades sustentáveis surgem como formas contemporâneas de ação coletiva, territorializadas ou não, que representam respostas a um processo que ameaça tanto o meio ambiente quanto as condições de vida das populações. Justamente pelas capacidades de, simultaneamente, sofrer e agir sobre o mundo (Assunção e Mendonça, 2016; Arendt, 2005), essas comunidades representam uma tentativa de reverter ou resistir às consequências observadas, recuperando alternativas concretas à reprodução da lógica capitalista hegemônica, promovendo formas de governança e desenvolvimento que valorizam a cooperação, a sustentabilidade e a justiça social.

É importante considerar ainda que as comunidades sustentáveis não se estabelecem de forma apartada dos cenários e desafios vigentes. Contemporaneamente, a América Latina enfrenta uma crise ambiental significativa, impulsionada por fatores como desmatamento, mudanças climáticas, poluição e exploração desregulada de recursos naturais. Abrigando uma grande diversidade de biomas, incluindo florestas tropicais, savanas, desertos, pântanos e ecossistemas montanhosos, representados, por exemplo, pela Amazônia, pelo Cerrado, pelo Pantanal e pelos Andes, ao mesmo tempo em que essa riqueza biológica e geográfica torna a região um dos principais *hotspots* de biodiversidade do mundo, é a própria complexidade

trazida por essa característica que reforça desafios significativos para a preservação e o monitoramento ambiental. A extensão territorial, combinada com as diferentes características ecológicas e socioeconômicas de cada bioma, dificulta a implementação de estratégias universais de conservação. Além disso, a pressão de atividades humanas, como desmatamento, mineração, expansão agrícola e urbanização, varia em intensidade e forma de acordo com o bioma, exigindo soluções específicas e adaptativas.

Ademais, eventos climáticos extremos, como secas e enchentes, estão se tornando mais frequentes, exacerbando desigualdades socioeconômicas já presentes na região. A extração de minerais e o agronegócio intensivo frequentemente resultam em contaminação de rios e solos, afetando populações locais, especialmente comunidades indígenas e tradicionais, também contribuindo ao reforço às desigualdades. Neste cenário, as limitações tecnológicas, como a falta de monitoramento em áreas remotas, e a governança fragmentada entre países e regiões agravam os desafios, colocando em risco a biodiversidade e o equilíbrio climático global. Simultaneamente, a falta de políticas ambientais eficazes e a pressão de interesses econômicos dificultam a adoção de estratégias sustentáveis, tornando a crise ambiental um dos maiores desafios para o desenvolvimento da região.

Somamos essas dificuldades às desigualdades estruturais observadas por Furtado (1961) na trajetória latinoamericana. Considerando os contextos regionais e históricos, Furtado (1961) notou que o modelo de desenvolvimento tomado pela América Latina, fundamentalmente dependente da exportação de recursos naturais, aprofundou a concentração de renda, marginalizando populações locais e limitando a capacidade de transformação social. Essa dependência extrativista não apenas foi responsável por perpetuar as desigualdades econômicas, mas também, dado o impacto ambiental da exploração intensiva de recursos, ameaçou diretamente as bases de subsistência da região, especialmente as comunidades vulneráveis que dependem de ecossistemas saudáveis, servindo de base aos problemas climáticos e ambientais observados.

Apesar disso, a América Latina apresenta potenciais únicos ao desenvolvimento. Normativamente, com foco no processo histórico, Furtado (1961) argumenta que o desenvolvimento não segue uma trajetória linear ou universal, mas emerge das especificidades históricas e sociais de cada região. Assim, o desenvolvimento regional torna-se um aspecto central do crescimento econômico, sendo impulsionado pelas particularidades locais. A dimensão propositiva, por sua vez, é destacada pelo papel das necessidades humanas, que são geradas e transformadas ao longo dos processos de desenvolvimento e mudança social (Furtado, 1961).

À luz das reflexões de Furtado (1961), o desenvolvimento endógeno emerge como um processo baseado nas potencialidades internas de uma comunidade ou região, sendo impulsionado pelas características sociais, culturais e ambientais locais. Essas características são ativadas pelas capacidades criativas das próprias comunidades, que, ao mobilizarem seus recursos disponíveis, promovem a inovação e criam alternativas econômicas essenciais para

um crescimento autônomo e sustentável. Nesse processo, a transformação social não se dá somente por influências externas, mas pela adaptação e uso inteligente dos recursos locais, o que gera alternativas viáveis e sustentáveis de desenvolvimento que respeitam as especificidades e necessidades da comunidade. Esse modelo valoriza a autossuficiência e a inovação como motores fundamentais para o fortalecimento das economias locais, com impactos positivos tanto na coesão social quanto na sustentabilidade ambiental.

Nas comunidades sustentáveis da América Latina essas dinâmicas locais se manifestam de maneira única, pois práticas tradicionais, como a agroecologia e o uso sustentável dos recursos naturais, podem se entrelaçar com inovações tecnológicas e modelos de economia solidária. Ao priorizarem a cooperação entre seus membros e a troca interna de bens e serviços, essas comunidades criam redes de apoio mútuo que fortalecem a resiliência local. Esse processo é importante por demonstrar que é possível gerar crescimento econômico sustentável a partir das próprias potencialidades locais, com menor dependência de soluções exógenas ou de modelos típicos que reforçam exclusões e dinâmicas de desgaste ambiental, estimulando um modelo de desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável.

As comunidades sustentáveis também têm a capacidade de refletir sobre a gestão dos bens comuns. Conforme aponta Ostrom (1990), a gestão dos recursos naturais e bens comuns pelas próprias comunidades, com base em práticas adaptadas à realidade local, tende a ser mais eficaz, pois as próprias comunidades elaboram suas regras e formas de governança de forma a criar sistemas mais autônomos, sustentáveis e resilientes, amparados na confiança na autogovernança e na participação ativa dos membros na gestão. Essas práticas buscam evitar a exploração predatória, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e garantindo sua preservação para as gerações futuras. Assim, através de uma governança participativa e adaptativa, essas comunidades criam sistemas de gestão compartilhada que não apenas garantem a proteção dos recursos naturais, mas promovem alternativas econômicas que fortalecem os laços sociais e ajudam a reduzir desigualdades. Esse modelo contribui para a construção de um futuro mais justo e sustentável ao promover uma maior autonomia econômica, capacitando as comunidades a se tornarem mais autossuficientes.

Não obstante, essas comunidades estruturam redes de cooperação e solidariedade que são essenciais para enfrentar os desafios globais e locais do desenvolvimento sustentável. Articuladas em espaços de colaboração e movimentos como: *Red de Justicia Climática de América Latina* (RJCL), *Foundation for Intentional Communities* (FIC), *Consejo de Asentamientos Sustentables de América Latina* (CASA Latina) e *Global Ecovillage Network* (GEN), as comunidades sustentáveis funcionam como plataformas para a disseminação de inovações e práticas sustentáveis entre regiões. Essas redes de solidariedade, também vistas como redes de inovação e transformação (Moulaert e Nussbaumer, 2005), são essenciais para o fomento de alternativas econômicas autônomas, pois permitem que as comunidades se apoiem mutuamente, minimizando a dependência de mercados externos e promovendo a troca de produtos e serviços dentro de suas redes, descentralizando a atividade econômica para

alocação em comunidades tipicamente mais isoladas, reintegradas a partir das redes estimuladas. A interconexão entre essas comunidades não só fomenta o desenvolvimento local, mas contribui para a construção de um movimento mais amplo de resistência aos modelos econômicos exógenos, consolidando a alternativa.

Diante do exposto, podemos identificar três aspectos centrais em que as comunidades sustentáveis contribuem para a discussão sobre desenvolvimento, inovação e solidariedade, os quais fundamentam esta pesquisa. Primeiramente, elas exemplificam o desenvolvimento endógeno, utilizando seus próprios recursos locais para criar alternativas econômicas que promovem o crescimento autônomo e respeitam as especificidades culturais e ambientais da região. Essas práticas reforçam a ideia de que o desenvolvimento deve ser baseado nas potencialidades locais, alinhando-se às abordagens de Furtado (1961) e outras teorias que defendem a autossuficiência e a valorização das regiões.

Em segundo lugar, as comunidades sustentáveis funcionam como laboratórios de inovação social, onde são testados arranjos institucionais, formais e informais, que oferecem soluções criativas para desafios complexos, como a escassez de recursos naturais, a desigualdade social e a crise climática, refletindo sobre a gestão dos bens comuns como proposto por Ostrom (1990). Ao adotar práticas como a agroecologia e os modelos de economia solidária, elas contribuem para a construção de novos paradigmas econômicos e sociais, chamando atenção às dinâmicas de governança envolvidas nessas ações.

Por fim, as comunidades sustentáveis desempenham um papel crucial na descentralização econômica, ao distribuir as atividades econômicas por meio de redes solidárias e cooperativas que fortalecem a seguridade da inovação e transformação como defendido por Moulaert e Nussbaumer (2005). Este movimento promove a integração de regiões mais isoladas ou menos desenvolvidas, tipicamente ocupadas pelas comunidades sustentáveis, incentivando a cooperação local e a criação de uma economia mais justa e equitativa, sem depender de fluxos financeiros externos ou de modelos capitalistas predatórios.

Em suma, são esses três aspectos - desenvolvimento endógeno, inovação social e descentralização econômica - que formam a base para a análise das comunidades sustentáveis na América Latina como agentes de mudança no caminho para um futuro mais sustentável e inclusivo. Diante disso, esta pesquisa visa responder à seguinte pergunta: **De que forma as comunidades sustentáveis na América Latina articulam práticas de inovação e cooperação para promover o desenvolvimento?** Para isso, este trabalho está dividido em três seções, para além desta Introdução e das Considerações Finais.

Na primeira seção, "*Desenvolvimento endógeno: autonomia e sustentabilidade nas comunidades latino-americanas*", exploramos como comunidades sustentáveis utilizam recursos locais para criar alternativas econômicas culturalmente adaptadas e ambientalmente responsáveis, em linha com Celso Furtado (1961). Abordamos o papel do desenvolvimento local na transformação social e destacamos as Hortas Urbanas no Chile como exemplo prático.

A segunda seção, "*Governança dos bens comuns: práticas colaborativas para a sustentabilidade*", discute a teoria de Elinor Ostrom (1990) aplicada à gestão comunitária de recursos naturais. Focamos em práticas colaborativas e inovadoras, como o caso do Manejo Comunitário de Águas no Vale de Cochabamba, Bolívia, demonstrando como comunidades criam instituições locais e regras para a sustentabilidade.

Por fim, na seção "*Redes de transformação: descentralização econômica e cooperação regional*", analisamos as redes de colaboração descritas por Moulaert e Nussbaumer (2005). *A Red de Guardianes de Semillas* (Colômbia, México e Equador) exemplifica esforços para descentralizar economias, promover cooperação regional e fortalecer a coesão social por meio da troca de saberes e práticas.

Ao final, nas Considerações Finais, realizamos uma síntese das contribuições das comunidades sustentáveis para o desenvolvimento sustentável, integrando as ideias de Furtado (1961), Ostrom (1990) e Moulaert e Nussbaumer (2005). Neste momento, acompanhando as discussões contemporâneas de Escobar (2018) e Latour (2018), também são apresentadas as dificuldades, barreiras e limitações exploradas por essas comunidades em particular diante dos contextos regionais.

## **DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO: AUTONOMIA E SUSTENTABILIDADE NAS COMUNIDADES LATINO-AMERICANA**

A abordagem assumida por Furtado (1961) para o desenvolvimento estipula que este é essencialmente um processo criativo, profundamente conectado às especificidades do contexto histórico e cultural em que ocorre. Este processo não se limita a atender demandas econômicas pré-definidas, mas responde às necessidades humanas fundamentais por meio de uma criatividade política que rejeita modelos homogêneos e universalizantes do economicismo dominante. O desenvolvimento endógeno, extraído das contribuições de Furtado (1961) prevê uma construção singular, moldada pela realidade local e orientada para soluções originais que dialoguem com as condições e desafios específicos de cada sociedade. Para isso, adiciona-se o componente da intencionalidade, adquirida pela sociedade através da tomada de consciência política, e que é o impulso político necessário às transformações nos planos econômico e sociopolítico que redefinem as finalidades do desenvolvimento.

Ao passo em que a criatividade é apontada como motor do desenvolvimento, a inovação para Furtado (1978) é responsável por conectar os avanços técnicos, materiais, ao enriquecimento cultural, não material, melhorando a produtividade e transformando os valores e a organização social. O desenvolvimento, visto como um processo original, combina inovações institucionais e políticas em sistemas sociopolíticos e jurídicos como a governança, como pilares para a garantia de resiliência e autonomia, cabendo à inovação a responsabilidade em investimento nas capacidades internas para promover as soluções adequadas.

No contexto atual de globalização, onde as dinâmicas de consumo aceleram a disseminação de culturas materiais e não materiais, Rodríguez (2009) propõe que o desenvolvimento endógeno seja uma possível resposta ao desafio de substituir uma lógica de acumulação de curto prazo por um modelo orientado ao bem-estar social. No entanto, o sucesso dessa proposta depende das capacidades das sociedades à margem destas dinâmicas de mobilizarem sua criatividade essencial para implementar estratégias que rompam com a dependência cultural e tecnológica, promovendo uma transformação efetiva e sustentável, delimitando, portanto, a centralidade de suas autonomias no redesenho dessas dinâmicas.

Como uma das frentes ligadas aos problemas fomentados pela lógica de acumulação de curto prazo, alternativas balizadas pela sustentabilidade ambiental e ecológica emergem como respostas a contextos de desigualdade social, exclusão econômica e degradação ambiental, comuns ao cenário latinoamericano e que demarcam a trajetória histórica de desenvolvimento. Essas iniciativas detêm estimada importância por, enquanto projetos de autonomia, permitir aos quais grupos locais formas de organização e subsistência baseadas em recursos próprios, na valorização de saberes e em práticas inovadoras que respeitam as especificidades culturais e ecológicas da região. É este projeto de autonomia, também presente nas discussões sobre desenvolvimento endógeno, que permitem com que essas comunidades promovam modelos alternativos que desafiam a dependência de economias extrativistas ou de políticas públicas insuficientes, endossando suas capacidades criativas.

Iniciativas de agroecologia, segundo Guzmán Casado et al. (2000), destacam-se por integrarem elementos essenciais para fortalecer o desenvolvimento. Entre esses aspectos estão: (1) Integralidade, promovendo atividades econômicas e socioculturais que ampliem o bem-estar e aproveitem recursos locais; (2) Harmonia e Equilíbrio, garantindo o balanço entre crescimento econômico e qualidade ambiental; (3) Autonomia de Gestão, com controle pelos próprios habitantes; (4) Redução de externalidades negativas, minimizando impactos ambientais; (5) Valorização de circuitos curtos, fortalecendo mercados locais e redes de intercâmbio; e (6) Aproveitamento de conhecimentos locais, resgatando práticas tradicionais relevantes para a inovação.

As estratégias de desenvolvimento endógeno geram impactos significativos na economia local, na redução da desigualdade e no fortalecimento do tecido social, oferecendo alternativas viáveis para enfrentar os desafios do subdesenvolvimento (Furtado, 1961). Ao valorizar recursos e saberes locais, essas iniciativas impulsionam cadeias produtivas sustentáveis, diminuem a dependência de insumos externos e promovem a circulação de riqueza dentro das comunidades. Isso estimula a criação de empregos, fortalece o empreendedorismo local e dinamiza mercados regionais. Diante disso, essas estratégias têm um caráter inclusivo, frequentemente beneficiando grupos marginalizados, como pequenos agricultores, artesãos e cooperativas, promovendo redistribuição de renda e justiça social.

Demarcamos que o fortalecimento do tecido social emerge como um dos principais benefícios desse modelo. Ao priorizar a colaboração e a governança local, o desenvolvimento endógeno

estimula o engajamento comunitário e a construção de redes de confiança. Isso não apenas fomenta a coesão social, mas também cria uma base sólida para enfrentar desafios coletivos, como crises ambientais ou econômicas. Por meio da interação entre valores culturais, práticas inovadoras e a busca por autonomia, essas iniciativas tornam-se motores de transformação social e resiliência comunitária.

Entretanto, é relevante pontuar que as comunidades e iniciativas sustentáveis enfrentam desafios significativos. Entre os problemas mais comuns, localizamos: o acesso limitado a recursos financeiros e tecnológicos, a falta de reconhecimento legal e de apoio institucional, bem como a pressão de forças externas, como a expansão de grandes empreendimentos econômicos ou a degradação ambiental resultante de atividades predatórias. Ademais, a manutenção da coesão social interna e a necessidade de integrar inovações sem comprometer os valores culturais locais são obstáculos que exigem estratégias criativas e adaptativas e que nem sempre alcançam o caráter e o impacto desejados, muito em função de suas escalas. Visualizamos algumas dessas estratégias na experiência a seguir.

## HUERTOS URBANAS (CHILE)

Figura 1: Letreiro de Hora Comunitária localizada nas Torres de Tajamar (Santiago)



Fonte: Sofía Yanjarí (El País, 2023).

As hortas urbanas em Santiago, no Chile, surgiram como uma resposta da população à necessidade de tornar a cidade mais sustentável e resiliente. Como apresentado pelo Observatório das Cidades da Universidade Católica do Chile, em 2018, a maior parte das áreas verdes nas cidades chilenas é privada, contemplando à época cerca de 3,48 m<sup>2</sup> de áreas verdes por habitante, enquanto outros países da OCDE detinham para esta mesma métrica um valor próximo dos 20 m<sup>2</sup> de áreas verdes por habitante. Impulsionadas por ações

articuladas da sociedade civil durante a Pandemia de Covid-19, em 2019, as hortas urbanas e comunitárias se estabeleceram em diferentes áreas, como conselhos de bairro e sociais, centros culturais, autarquias, espaços privados e centros médicos.

Com o objetivo de transformar espaços urbanos degradados ou subutilizados em áreas produtivas e verdes, promovendo benefícios ambientais, sociais e econômicos, as hortas urbanas, além de ajudar na mitigação de ilhas de calor e na melhoria da qualidade do ar, oferecem uma alternativa de produção de alimentos locais, reduzindo a dependência de cadeias longas de abastecimento. Esse movimento reflete uma busca por maior autonomia e uma conexão mais forte com a natureza, especialmente em grandes centros urbanos, oferecendo solução prática aos desafios de abastecimento vivenciados durante o período.

Encontrando espaço para aprimoramento e continuidade dessas experiências, em 2022, o Ministério da Agricultura chileno apontou que as hortas urbanas cresceram a taxas de 15% ao ano, levando à criação da *Primera Comunidad Metropolitana de Huertos Urbanos y Rurales para el Buen Vivir*. Ao reconhecer a relevância socioeconômica e cultural promovida por esses espaços, a criação da comunidade enquanto instância para abranger toda a Região Metropolitana e identificar as diversas iniciativas de agricultura urbana e horticultura familiar, aponta para uma tentativa de institucionalização formal das práticas comunitárias, promovendo a troca de conhecimentos e experiências entre organizações, municípios e serviços agrícolas, de modo a fomentar o fortalecimento do tecido social e sua coesão por meio da colaboração comunitária e da gestão participativa e inclusiva.

Nesta seara, ao revitalizar terrenos urbanos e promover a produção local de alimentos, essas iniciativas fortalecem a autonomia nas cidades e exemplificam o potencial do desenvolvimento endógeno aliado à inovação. Isso pois essas experiências são capazes de demonstrar como estratégias criadas pelas próprias comunidades podem reduzir dependências externas, enquanto integram saberes populares e práticas sustentáveis. É importante destacar ainda que este movimento de conexão entre as pessoas e o ambiente local pode estimular a economia solidária, por meio da troca e venda de produtos cultivados, e o fortalecimento de redes comunitárias.

Como explorado por Singer (2002), a economia solidária, distinta dos mercados tradicionais, possui foco na cooperação, sustentabilidade e inclusão social. Por essa lógica, o mercado é estruturado com base na organização coletiva, onde a gestão democrática e a autogestão são prioridades, permitindo que os participantes tomem decisões de forma compartilhada. O bem-estar coletivo é colocado acima do lucro individual, com práticas que promovem a equidade e a redução da desigualdade social. Depois, produção sustentável e local é valorizada, incentivando o uso de recursos locais e respeitando o meio ambiente, enquanto a inclusão de grupos marginalizados, como pequenos agricultores e comunidades tradicionais, assegura oportunidades para aqueles que estão à margem do mercado convencional.

Juntamente, essas ações oferecem uma alternativa concreta à dependência de cadeias industriais de abastecimento, favorecendo soluções criativas e adaptadas às especificidades

locais. Ao mobilizar recursos locais e valorizar a participação ativa dos moradores, as hortas urbanas contribuem para a construção de comunidades resilientes e mais conectadas. Essas práticas não apenas impulsionam a sustentabilidade ambiental, mas fortalecem laços sociais e econômicos, criando um modelo que pode ser replicado em diferentes contextos urbanos.

Contudo, a implementação desses projetos não está isenta de desafios. A competição pelo uso do solo em áreas urbanas, os custos iniciais de implantação e a manutenção sustentável dessas iniciativas são questões que podem exigir políticas públicas complexas, como a geração de crédito para fins específicos ou a delimitação de novos parâmetros para o zoneamento urbano, e o envolvimento ativo da sociedade. De todo modo, a experiência chilena joga luz sobre questões relevantes para o desenvolvimento urbano sustentável.

## **GOVERNANÇA DOS BENS COMUNS: PRÁTICAS COLABORATIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE**

Os bens comuns são recursos compartilhados por diversas pessoas, como água, florestas, terras de pastagem, áreas de pesca e conhecimento cultural ou científico, cuja gestão coletiva é essencial para garantir sua sustentabilidade e evitar sua exploração excessiva ou degradação. Desse modo, os recursos dos bens comuns são caracterizados por duas premissas fundamentais sendo elas: (a) a utilização sempre será conjunta por um grupo de utilizadores; e (b) a retirada do recurso por um utilizador obrigatoriamente reduz a quantidade de recursos disponíveis aos outros utilizadores. Assim, dada a natureza dos bens comuns, eles devem ser governados por práticas colaborativas, capazes de equilibrar os interesses individuais e coletivos, garantindo acesso equitativo e uso responsável.

Ostrom (1990) discute essa relação a partir do desafio posto à ideia de que a gestão desses recursos requer exclusivamente a privatização ou a intervenção estatal. Em vez disso, é demonstrado que comunidades locais podem criar instituições eficientes para regular o uso e proteger os bens comuns, promovendo a sustentabilidade e o bem-estar social de forma adaptada aos contextos culturais e ambientais. Para isso, a utilização e a manutenção dos recursos dos bens comuns são planejadas por meio de mecanismos cooperativos elaborados pela comunidade para a própria comunidade por estratégias de longo prazo que indicam escolhas menos competitivas entre os membros da comunidade, apontando para dimensões como a cooperação democrática, a governança participativa e a criação de regras e associações para o uso eficiente e sustentável dos recursos.

Seguindo esta lógica, Ostrom (1990) apresenta oito princípios necessários à gestão eficiente dos bens comuns. Estes princípios, indicados mais como pontos de partida para a observação das comunidades, devendo sempre ser ajustados às realidades e aos contextos situados, são representados pela (o): (1) demarcação clara das fronteiras dos recursos de bem comum, assim como dos utilizadores; (2) definição de regras sensíveis às condições locais – temporais, espaciais, tecnológicas e de recursos disponíveis, entre outros; (3) proposição de acordos coletivos pelos utilizadores que propõem participam e adaptam as regras; (4) razão

proporcional entre o fluxo de benefícios da gestão aos custos de sua utilização; (5) reconhecimento das regras da comunidade pelas autoridades externas; (6) monitoramento e respeito às regras pelos utilizadores, podendo haver penalizações às transgressões; (7) garantia ao fácil acesso aos meios de resolução de conflitos bem como a custos reduzidos; e (8) nexos presente na gestão dos recursos de menor e maior escala, partindo de casos particulares aos casos gerais.

Diante disto, o sucesso da gestão de bens comuns torna-se subsidiário ao estabelecimento de uma governança eficaz dos recursos, administrada pelo grupo que utiliza desses recursos e que interage num conjunto de regras comuns, desenvolvidas e anuídas pelo grupo, envolvendo instituições menos ou mais formalizadas. A lógica que sustenta essa dinâmica é representada pelo entendimento partilhado de que os recursos administrados são necessários para todos, constituindo fontes de rendimento ou meios produtivos, sendo necessários ao bem-estar humano, e, portanto, passíveis de gestão coletiva e sustentável.

Na América Latina, os bens comuns desempenham um papel crucial na sustentabilidade, visto que a região, rica em recursos naturais, é também marcada por desafios sociais e ambientais. Ademais, recursos como a Amazônia, aquíferos e reservas pesqueiras são essenciais não apenas para as comunidades locais, mas também para o equilíbrio ecológico global, complexificando os problemas e as possíveis soluções a serem apresentadas.

A governança sustentável dos bens comuns é fundamental para combater a exploração predatória e promover práticas que respeitem a biodiversidade e os saberes tradicionais. De igual maneira, a gestão colaborativa permite que as comunidades envolvidas desenvolvam mecanismos adaptados às suas realidades culturais e econômicas, fortalecendo a autonomia e garantindo o uso responsável dos recursos. No contexto latinoamericano, onde desigualdades estruturais e pressões externas frequentemente ameaçam os bens comuns, estratégias de governança inclusivas e sustentáveis emergem como pilares essenciais para o desenvolvimento resiliente e a justiça ambiental.

Conjuntamente, a gestão dos bens comuns está ainda intimamente ligada à inovação social, em particular na América Latina, onde a combinação de saberes tradicionais e tecnologias pode ser fundamental para garantir a sustentabilidade no longo prazo. Entendemos como inovação social os momentos aos quais são criadas soluções novas e eficazes para os desafios sociais e ambientais, usualmente fortalecidas pela colaboração entre comunidades locais e atores externos. No caso dos bens comuns, como florestas, rios e áreas de pesca, a gestão colaborativa pode integrar conhecimentos locais, como práticas agrícolas tradicionais e respeito pelos ciclos naturais, com novas tecnologias, como monitoramento remoto e sistemas de gestão digital de recursos.

Esse tipo de inovação é essencial para garantir a preservação dos recursos naturais sem comprometer as necessidades das gerações futuras. A integração de abordagens tecnológicas com práticas tradicionais fortalece a resiliência das comunidades e aumenta a capacidade delas de gerir seus próprios recursos de maneira sustentável. Exemplos disso

podem ser vistos em várias iniciativas na América Latina, onde a utilização de tecnologias para o monitoramento de ecossistemas, aliada ao saber local sobre o uso dos recursos naturais, permite uma gestão mais eficiente e adaptativa, promovendo o bem-estar social e a justiça ambiental. Assim, a inovação social não só reforça a gestão dos bens comuns, como também propicia uma forma de desenvolvimento mais equitativa e sustentável, alinhando as necessidades locais com soluções globais.

A inovação social permite a criação de redes colaborativas que disseminam conhecimento e incentivam a troca de experiências. Essas redes viabilizam a adaptação tecnológica às especificidades culturais e ambientais locais, reduzindo a dependência de soluções globais padronizadas que nem sempre atendem às necessidades regionais, impulsionando a sustentabilidade e promove a resiliência em face de desafios ambientais e socioeconômicos.

Podemos entender as comunidades sustentáveis como laboratórios de inovação social, onde as práticas de governança local se combinam com soluções inovadoras para enfrentar desafios ecológicos e sociais. Nesses ambientes, os saberes tradicionais e as tecnologias modernas se encontram, resultando em práticas adaptativas que respondem diretamente às necessidades específicas das comunidades. Destacando novas formas de colaboração e organização que fortalecem a autonomia e a resiliência diante das adversidades.

A governança dos bens comuns desempenha um papel crucial nesse processo, pois permite que as comunidades assumam um controle coletivo sobre seus recursos naturais e culturais, garantindo sua preservação para as gerações futuras. inclusão social, uma vez que envolve todos os membros da comunidade na tomada de decisões, assegurando que os benefícios sejam distribuídos de forma mais equitativa. Dessa maneira, a governança dos bens comuns contribui para a construção de uma economia mais solidária e sustentável, ao mesmo tempo em que aumenta a autonomia das comunidades, permitindo-lhes desenvolver soluções próprias e criativas para os problemas locais, sem depender de intervenções externas.

Adicionalmente, as comunidades sustentáveis desempenham um papel importante no desenvolvimento de novas instituições locais, criando regras e práticas alinhadas às suas necessidades e valores. Elas geram estruturas organizacionais inovadoras, que integram saberes tradicionais com estratégias modernas de governança. Instituições como conselhos comunitários ou cooperativas têm maior legitimidade, pois suas normas são estabelecidas por processos participativos, promovendo governança colaborativa e equitativa. Isso garante a gestão sustentável dos recursos e uma distribuição justa dos benefícios.

Apesar de seu potencial, as comunidades sustentáveis enfrentam barreiras significativas para implementar e manter suas práticas. Conflitos de interesse surgem frequentemente, especialmente quando seus objetivos divergem de interesses econômicos de grandes indústrias ou de políticas governamentais. Em regiões mineradoras, por exemplo, a pressão por exploração em nome do crescimento econômico tensiona relações com comunidades locais. As práticas predatórias, como mineração e desmatamento, ameaçam os recursos

naturais indispensáveis à sustentabilidade, enfraquecendo os esforços dessas comunidades para promover a autonomia e a preservação ambiental.

A falta de recursos financeiros é uma barreira significativa para as comunidades sustentáveis, que frequentemente dependem de subsídios governamentais ou parcerias do terceiro setor para financiar suas iniciativas. Essa dependência pode limitar a autonomia das comunidades e prejudicar a continuidade de seus projetos. Ainda, muitas dessas comunidades enfrentam a dificuldade de equilibrar a sustentabilidade com as necessidades econômicas locais, como a geração de empregos e a produção de alimentos. Embora busquem preservar seus recursos naturais a longo prazo, os desafios econômicos imediatos exigem soluções rápidas e rentáveis. Dessa forma, modelos híbridos, como a agricultura sustentável e o ecoturismo, tentam conciliar esses objetivos, mas, muitas vezes, é necessário redefinir as prioridades econômicas para alcançar esse equilíbrio, o que pode acentuar tensões.

Concluimos assim que, apesar dos desafios postos às comunidades sustentáveis que utilizam de práticas colaborativas e sustentáveis para a qualificação e o melhoramento da governança dos bens comuns, essas experiências são de grande centralidade ao que se destacam enquanto laboratórios de inovação social, apontando para alternativas e estratégias criativas para a resolução de problemas. Detalhamos uma dessas alternativas em sequência.

## MANEJO COMUNITÁRIO DE ÁGUAS NO VALE DE COCHABAMBA (BOLÍVIA)

Figura 2: Distribuição de água potável em Cochabamba (Bolívia)



Fonte: Alcaldía de Cochabamba (2021).

O manejo comunitário de águas no Vale de Cochabamba, Bolívia, é um exemplo emblemático de governança comunitária de bens comuns, uma vez que destaca a capacidade de

comunidades locais em criar sistemas sustentáveis de gestão hídrica. Historicamente marcada por conflitos relacionados ao acesso e uso da água, a região ganhou notoriedade no início dos anos 2000, quando a privatização dos serviços de abastecimento gerou resistência popular em larga escala, demarcando a “Guerra da Água”.

Na experiência representada em Cochabamba, uma das principais iniciativas foi o fortalecimento das Organizações Locais de Provisão de Serviços (OLPES), que desempenharam papel fundamental durante e após a Guerra da Água. Essas organizações comunitárias assumiram a responsabilidade pela gestão local da água em regiões que não eram atendidas pelos serviços públicos, demonstrando a viabilidade da autogestão comunitária como alternativa à privatização. Essas estruturas viabilizaram a gestão participativa, envolvendo os residentes em decisões sobre distribuição, manutenção de infraestrutura e financiamento. Para isso, foram incorporadas práticas tradicionais e conhecimentos locais, aliados a tecnologias modernas, para otimizar o uso da água e priorizar a equidade no acesso, garantindo que mesmo as famílias mais vulneráveis tenham água suficiente para suas necessidades básicas.

Outro avanço importante foi a inclusão da sociedade civil na gestão da SEMAPA, empresa pública responsável pela distribuição de água em Cochabamba. Representantes comunitários passaram a integrar sua diretoria, promovendo maior transparência e participação nas decisões sobre o fornecimento e saneamento. Em complemento, houve esforços iniciais para expandir as redes de água para comunidades vulneráveis no sul da cidade, uma tentativa de reduzir desigualdades no acesso ao recurso. Neste momento, podemos notar como os esforços da governança comunitária surtiram efeito nos modelos ortodoxos de gestão dos recursos de bens comuns, trazendo à gestão formal do governo elementos de inovação social mobilizados e reforçados pelo caráter participativo das comunidades.

O movimento também promoveu modelos de gestão coletiva que priorizavam o acesso equitativo, a subsistência das comunidades e a conservação ambiental. A experiência em Cochabamba inspirou debates sobre alternativas à privatização e reforçou a ideia de que a água deveria ser tratada como um bem comum, gerido de forma democrática e sustentável.

Conforme defendido por Martí (2019), a percepção da gestão da água como um bem comum enfatiza três aspectos principais, sendo eles: (1) o tratamento da água como propriedade coletiva, garantindo a equidade no acesso e no uso; (2) a democratização completa da gestão, promovendo decisões horizontais, descentralização e acesso transparente à informação; e (3) a implementação de uma gestão ambiental consciente, priorizando a qualidade da água e protegendo suas fontes para as gerações futuras e demais seres vivos. Assim, os direitos humanos são integrados à proteção ambiental, cabendo à comunidade o estabelecimento de direitos indispensáveis à preservação do recurso, responsabilizando empresas e governos e garantindo uma gestão descentralizada que evite desigualdades econômicas e ecológicas.

A gestão da água como bem comum, fundamentada em valores como solidariedade, cooperação, equidade, sustentabilidade e controle democrático (Basteiro e Serrano Tur,

2015), também dialoga com a visão andina do *Buen Vivir*. Oriundo das cosmovisões indígenas andinas, o *Buen Vivir* representa uma alternativa aos modelos tradicionais de desenvolvimento, baseados no crescimento econômico e na exploração dos recursos naturais, em busca de uma proposição que encontre um balanço entre o ser humano, a comunidade e a natureza, enfatizando a harmonia com o meio ambiente, a solidariedade e o respeito à diversidade cultural. No contexto da gestão da água, o *Buen Vivir* destaca a importância de tratar o recurso como um bem comum, essencial para a subsistência de todos os seres vivos, e prioriza práticas que garantam a sustentabilidade ambiental e a justiça social. Essa abordagem reforça a necessidade de proteger os direitos das comunidades mais vulneráveis, assegurando acesso equitativo à água e promovendo a soberania local por meio de formas de governança que combinem saberes tradicionais e políticas públicas inclusivas.

O modelo de manejo comunitário na região também reforça a autonomia local, fortalecendo as capacidades das comunidades em resistir a pressões externas, como a exploração comercial ou intervenções governamentais centralizadoras. Ao articular gestão estatal e comunitária, Cochabamba caminha em direção à uma nova democracia que assegura o acesso universal à água, levantando debates também serviços públicos de abastecimento e saneamento que sejam socialmente justos, ecologicamente sustentáveis e culturalmente aceitáveis. Deste modo, notamos que as iniciativas bolivianas serviram como laboratórios de inovação social, combinando práticas sustentáveis e mobilização coletiva, enquanto enfrentaram desafios como escassez de recursos e mudanças climáticas, de modo a fornecer um exemplo de resiliência e uma alternativa ao modelo privatista de gestão de bens comuns.

## **REDES DE TRANSFORMAÇÃO: DESCENTRALIZAÇÃO ECONÔMICA E COOPERAÇÃO REGIONAL**

Moulaert e Nussbaumer (2005) propõe uma reflexão crítica sobre os modelos tradicionais de desenvolvimento regional baseados em inovação tecnológica e competitividade de mercado. Para os autores, uma verdadeira transformação social e econômica está indispensavelmente atrelada à reimaginação dos processos de inovação a partir de óticas mais inclusivas e comunitárias. Acompanhando os debates fomentados em seções anteriores, há o entendimento, assim, de que a inovação não se restringe a um processo tecnológico ou econômico, mas é a própria dinâmica social que permite reconfigurar a região por novas formas de cooperação, solidariedade e participação.

No movimento de construção dessa abordagem, baseada no desenvolvimento comunitário e que reage ao envolvimento da totalidade dos segmentos da sociedade na construção de soluções locais e sustentáveis, é destacado o papel das regiões sociais. As regiões sociais não se limitam à economia no seu sentido estrito, mas incorporam a cultura, a política e as relações de poder, propondo um modelo de desenvolvimento que dialoga com as especificidades sociais e territoriais. Por essa lógica, a descentralização e a cooperação

regional são fundamentais para a criação de uma economia mais justa e inclusiva, direcionando a inovação para o fortalecimento do tecido social e à promoção da equidade.

Na América Latina, os espaços sociais têm desempenhado um papel fundamental na organização e mobilização de comunidades em busca de justiça social, inclusão e sustentabilidade. Esses espaços, que podem variar de movimentos sociais a cooperativas e iniciativas comunitárias, refletem a diversidade cultural, econômica e política da região e frequentemente surgem em resposta a desigualdades estruturais e à exclusão, oferecendo alternativas locais e solidárias para problemas como acesso à terra, água, educação e saúde.

A potencialidade criativa desses espaços é expressa ao que, simultaneamente, os agentes que enfrentam desafios como a repressão estatal e pressões do mercado global, também são capazes de apresentar formas resilientes e criativas de resistência e transformação em busca de uma sociedade mais equitativa e sustentável. Ademais, esses espaços se tornam laboratórios de inovação social, promovendo práticas colaborativas e formas democráticas de governança que fortalecem o tecido social e incentivam o desenvolvimento endógeno.

As redes de transformação, dessarte, são postas como um meio central para a criação de um desenvolvimento regional mais inclusivo e sustentável. Essas redes são entendidas como formas de colaboração que conectam diversas partes da sociedade, incluindo atores econômicos, políticos e sociais, para promover uma inovação social que transcende as limitações das abordagens tradicionais de desenvolvimento, não se limitando a transferir conhecimento ou recursos, mas envolvendo a participação ativa das comunidades locais na tomada de decisões e na construção de soluções coletivas.

Embora os espaços sociais na América Latina desempenhem um papel fundamental no desenvolvimento local, é importante reconhecer que esses espaços também se conectam em redes de transformação. Ao invés de seguir modelos hierárquicos ou centralizados, as redes de transformação promovem a descentralização do poder e da economia, fortalecendo o papel das comunidades e permitindo uma melhor adaptação às especificidades regionais, melhorando a coesão social e promovendo uma distribuição mais equitativa dos benefícios do desenvolvimento. Nesse seguimento, as redes de transformação impulsionam a reorganização dos territórios em torno da cooperação e da solidariedade, reforçando a ideia de que a transformação social e econômica deve ser uma construção coletiva.

Juntos, esses espaços e suas respectivas redes fomentam práticas colaborativas que fortalecem a coesão social, descentralizam a economia e criam novos padrões de governança adaptados às necessidades regionais. No caso trazido pelas comunidades sustentáveis na América Latina, essas redes são especialmente importantes devido à diversidade social e cultural da região, além das disparidades econômicas e históricas que dificultam o desenvolvimento equitativo. Exemplos práticos dessas redes podem ser vistos em iniciativas de cooperação regional, como as de manejo sustentável de recursos naturais e em projetos de economia solidária, que permitem uma maior autonomia econômica e reduzem a dependência de grandes corporações.

Ao fortalecer as comunidades locais e estimular o engajamento social, as redes de transformação ajudam a criar um ambiente propício para o surgimento de uma economia mais justa e resiliente, capaz de lidar com os desafios ambientais e sociais da região ao passo em que buscam descentralizar o poder econômico e social, promovendo uma governança mais inclusiva e garantindo que as comunidades possam assumir um papel ativo nas decisões que afetam suas vidas. Essas redes, ao conectarem comunidades locais, organizações sociais e atores regionais, criam um sistema econômico mais distribuído que permite com que iniciativas locais se articulem em maior escala, facilitando o compartilhamento de recursos, a circulação de conhecimentos e a criação de mercados solidários que reduzem a dependência de grandes corporações ou cadeias de abastecimento centralizadas.

As economias locais são fortalecidas pelas redes de transformação pois, ao priorizar a produção e o consumo baseados em necessidades regionais, a cooperação entre comunidades é incentivada, estimulando a criação de novos polos de desenvolvimento que podem dinamizar a economia regional por meio das práticas estabelecidas para atendimento da região. Ao fortalecer os laços entre nações, no movimento de cooperação, é criado um ambiente propício para a implementação de projetos conjuntos que impulsionam setores estratégicos, como infraestrutura, energia renovável e comércio intrarregional. Essa colaboração permite ganhos de escala, otimização de recursos e maior competitividade global para a região. Além disso, a cooperação regional facilita a implementação de políticas mais adaptadas às realidades locais, promovendo a integração de práticas sustentáveis que consideram as especificidades ambientais, sociais e culturais de cada região.

Notamos assim que a cooperação regional para a sustentabilidade na América Latina é fundamental para enfrentar os desafios ambientais e sociais da região. Em muitos casos, as questões ecológicas, como a gestão de recursos hídricos e a preservação da biodiversidade, transcendem as fronteiras nacionais e exigem soluções colaborativas. Iniciativas de cooperação regional, como os projetos de gestão integrada de bacias hidrográficas ou de manejo sustentável de florestas tropicais, demonstram como a união de esforços entre diferentes países pode potencializar a eficácia de políticas públicas voltadas à sustentabilidade, permitindo o compartilhamento de conhecimento, experiências e recursos, favorecendo a construção de soluções mais adequadas e adaptadas às realidades locais. Não somente, a cooperação regional também contribui para a redução de assimetrias e para a construção de uma governança ambiental mais democrática e inclusiva, possibilitando a integração de diferentes modelos de desenvolvimento sustentável.

Apesar de demonstrar avanços importantes, as redes de transformação enfrentam uma série de desafios e limitações na América Latina, especialmente em contextos de desigualdade estrutural e disparidades regionais. Um dos principais obstáculos é a falta de recursos financeiros e apoio institucional adequado, o que dificulta a implementação de projetos sustentáveis e a manutenção de iniciativas colaborativas. Muitas dessas redes dependem de iniciativas locais, frequentemente sem acesso a investimentos externos ou suporte

governamental, o que limita seu alcance e impacto. Em conjunto, a escassez de infraestrutura e a ausência de uma coordenação eficaz entre as diversas esferas de governo podem resultar em soluções fragmentadas que não conseguem escalar ou se consolidar ao longo do tempo.

Outro desafio relevante é a resistência de setores mais conservadores e interesses estabelecidos que muitas vezes buscam preservar o status quo. A atuação de grandes corporações e políticas públicas que priorizam o crescimento econômico em detrimento de modelos mais sustentáveis pode criar um ambiente de conflito, dificultando a implementação de soluções inovadoras e descentralizadas. Por fim, essas iniciativas muitas vezes dependem de uma coordenação eficaz entre diversos stakeholders, incluindo governos, comunidades locais, ONGs e o setor privado, o que complexifica a articulação.

Assim, embora as redes de transformação possam ser poderosos motores de mudança social e econômica, elas ainda precisam superar barreiras estruturais e sistêmicas para alcançar seu potencial completo. Visualizamos como essas redes atuam no exemplo que segue.

### RED DE GUARDIANES DE SEMILLAS (COLÔMBIA, MÉXICO E EQUADOR).

Figura 3: Red de Guardianes de Semillas (Equador)



Fonte: Red de Guardianes de Semillas Equador (2024).

A *Red de Guardianes de Semillas* é uma iniciativa colaborativa do terceiro setor presente em países como Colômbia, México e Equador, que busca preservar e promover a diversidade de sementes nativas e crioulas, essenciais para a segurança alimentar e a soberania das comunidades locais. Formada por agricultores, ativistas, pesquisadores e consumidores conscientes, essa rede se dedica principalmente a práticas agroecológicas e ao resgate de variedades tradicionais, muitas vezes ameaçadas pelas monoculturas industriais e pela

padronização de sementes comerciais. Em atividade desde 2002, a rede busca ações voltadas para a agroecologia, a bioconstrução, a soberania alimentar, a economia solidária e para a promoção de alternativas em educação e tecnologias apropriadas

Essas comunidades trabalham na coleta, catalogação e troca de sementes, fomentando economias locais e fortalecendo os vínculos culturais associados às práticas agrícolas tradicionais. A rede também promove a conscientização sobre os impactos ambientais e sociais negativos causados pela dependência de sementes geneticamente modificadas e insumos industriais. Por meio de oficinas, feiras e intercâmbios, a iniciativa estimula a transmissão de conhecimentos ancestrais e promove a adaptação a mudanças climáticas, garantindo resiliência nos sistemas agrícolas. Chamamos atenção também ao papel exercido pela Revista *Allpa*, de produção do grupo. A revista conecta, por meio de artigos em seções sobre cultivo, construção, compartilhamento, alimentação e plantas e animais, diferentes experiências em diversas escalas para discutir princípios e ações voltadas à preservação dos ambientes, reforçando as dinâmicas estabelecidas nestes espaços e suas durabilidades.

A descentralização econômica é uma das principais contribuições dessa rede. Ao incentivar a produção local de alimentos e a autonomia dos agricultores em relação às grandes corporações de sementes, a *Red de Guardianes de Semillas* ajuda a fortalecer economias regionais. Isso porque as trocas realizadas dentro da rede, como feiras de sementes e eventos comunitários, estimulam mercados de proximidade, baseados na confiança e no apoio mútuo, desafiando a lógica centralizada do agronegócio, apoiando, assim, na diversificação das economias locais, para enfim promover a resiliência econômica e ecológica das comunidades.

Já no âmbito da cooperação regional, a rede demonstra como iniciativas comunitárias podem se expandir e se articular em escalas mais amplas. Esse exemplo é trazido pela articulação entre Colômbia, México e Equador, países com diferentes desafios agrícolas e ambientais, mas que compartilham estratégias e adaptam práticas para suas realidades específicas seguindo o propósito da *Red de Guardianes de Semillas*. Esse intercâmbio de saberes e experiências contribui para a construção de uma rede robusta e interdependente, que fortalece os laços regionais e amplia o impacto de suas ações. Ainda, no contexto latinoamericano, a *Red de Guardianes de Semillas* também é um símbolo de resistência contra modelos agrícolas corporativo ao promover a autonomia das comunidades ao resgatar o controle sobre os recursos genéticos e enfatizar a importância da diversidade biológica, ilustrando a relevância da experiência no cenário global.

Um dos principais obstáculos postos nesta rede é a resistência ao modelo de agroecologia e à preservação de sementes nativas em um contexto de forte pressão do agronegócio, fazendo ainda com que seja dificultado o equilíbrio da preservação de práticas tradicionais com as exigências contemporâneas de produção e consumo. Muitas vezes, as políticas públicas favorecem modelos industriais de produção agrícola, como o uso de sementes transgênicas e o monocultivo, que desconsideram as sementes tradicionais. De maneira semelhante, a falta de regulamentação ou a fragmentação das leis ambientais em alguns

países dificultam a proteção legal dos direitos das comunidades e dos recursos naturais que elas preservam, tornando a atividade da rede vulnerável a pressões externas.

Outro desafio importante é a limitação de recursos financeiros e logísticos para expandir suas iniciativas. Embora a rede seja composta por uma série de organizações locais e regionais, as dificuldades de financiamento e a falta de apoio institucional muitas vezes limitam a capacidade de alcançar mais agricultores e comunidades. A escassez de recursos também impacta a capacidade de realizar treinamentos, eventos de intercâmbio e outras atividades de capacitação que são essenciais para fortalecer a autonomia das comunidades e a difusão de práticas sustentáveis. Esses desafios, no entanto, não impedem que a *Red de Guardianes de Semillas* continue sendo uma referência de resistência e inovação, ao lutar por uma forma de agricultura mais justa, sustentável e autônoma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o exposto, observamos que as comunidades sustentáveis na América Latina articulam práticas de inovação e cooperação como estratégias para promover o desenvolvimento principalmente ao integrar saberes tradicionais, potencialidades locais e tecnologias modernas. Essas comunidades mobilizam redes de colaboração que fortalecem a coesão social e descentralizam a economia local, favorecendo práticas como agroecologia, manejo comunitário de recursos naturais e mercados solidários. As Hortas Urbanas em Santiago, no Chile, destacam a inovação social nos espaços urbanos, reforçando o desenvolvimento endógeno a partir da valorização dos recursos locais e da construção de modelos mais justos e resilientes frente às desigualdades e pressões externas.

Já a gestão comunitária da água em Cochabamba, na Bolívia, exemplifica a força das práticas de governança de bens comuns como um laboratório de inovação social e criação institucional. A experiência reforça a importância de integrar saberes tradicionais e conhecimentos modernos para desenvolver soluções adaptadas às necessidades locais indicando ainda como a comunidade pode liderar processos de transformação sustentável, promovendo não apenas a sustentabilidade ecológica, mas também a inclusão social e o fortalecimento da autonomia em contextos desafiadores.

Finalmente, a *Red de Guardianes de Semillas*, presente na Colômbia, no México e no Equador, demonstra como essas práticas fomentam autonomia econômica e resiliência ambiental, apontando para a estruturação de redes de transformação que incentivam a descentralização econômica e o desenvolvimento regional. Isso pois, a cooperação regional entre comunidades amplia a troca de conhecimentos e recursos, permitindo que soluções locais sejam replicadas e adaptadas a diferentes contextos, promovendo uma sustentabilidade integrada e inclusiva, assim representando avanços significativos para a sustentabilidade.

Desse modo, as comunidades sustentáveis da América Latina oferecem lições valiosas para lidar com crises atuais, como secas, enchentes e a crise energética. Ao demonstrar que

soluções sustentáveis podem emergir de práticas colaborativas e participativas, essas iniciativas mostram a importância de integrar saberes locais com inovação tecnológica para enfrentar os desafios climáticos. Ainda, estratégias descentralizadas e adaptativas podem melhorar a resiliência das comunidades diante de eventos climáticos extremos, como enchentes ou longos períodos de estiagem.

Para além das experiências abordadas, outras ações territorializadas, como o movimento representado por comunidades intencionais, ecovilas e cooperativas, ao promoverem a autonomia energética, hídrica e de abastecimento, por meio de recursos locais, são capazes de sugerir caminhos para reduzir a dependência de sistemas centralizados. Esses modelos também destacam formas criativas e distintas de institucionalização e proposição de regras e que chamam a atenção à criação de algo novo, trazendo à tona atores e mecanismos importantes para lidar com os desafios de desenvolvimento e sustentabilidade. Portanto, os princípios de governança dos bens comuns podem ser aplicados de maneira transversal para responder aos impactos da crise climática global, incentivando soluções que priorizem a sustentabilidade e a justiça social.

A abordagem do pluriverso proposta por Escobar (2018) parece fazer sentido à investigação dos novos arranjos promovidos pelas comunidades sustentáveis. Em contrapartida aos modelos usuais de desenvolvimento que perpetuam dinâmicas de desigualdades e exploração de recursos naturais, as experiências concretas trazidas pelas comunidades exploram como as práticas locais, por meio da autonomia, da interdependência radical e do reconhecimento de uma multiplicidade de mundos possíveis, fomentam a criação de formas de vida singulares e que respeitam a diversidade cultural e ecológica. O pluriverso, assim, questiona a aceitação implícita do modo de vida capitalista hegemônico, enfatizando nesta direção que é justamente a coexistência de múltiplas formas de ser e viver no mundo que permite a proposição de novas alternativas, colocando em diálogo diferentes culturas e saberes, para futuros mais justos e sustentáveis.

As comunidades sustentáveis, assim, funcionam como espaços de reconfiguração social, onde práticas colaborativas são implementadas para lidar com desigualdades e desafios ambientais, demonstrando a relevância de soluções endógenas. Além disso, essas iniciativas reestruturam a relação entre os atores locais, governos e organizações, criando um ambiente propício para metodologias participativas.

Neste momento recorreremos à discussão trazida por de Moulaert, Mehmood, MacCallum e Leubolt (2017) no que tange à demarcação da importância da pesquisa no desenvolvimento e na disseminação de práticas inovadoras que busquem soluções para desafios contemporâneos, como a desigualdade social, as mudanças climáticas e o desenvolvimento urbano sustentável. Os autores defendem que a pesquisa desempenha um papel crucial na identificação de barreiras e na ampliação do impacto das inovações sociais, entendendo que a inovação social é um processo que vai além da criação de novos serviços ou produtos, sendo um mecanismo de reconfiguração das relações sociais e do fortalecimento das comunidades

locais. Assim, metodologias colaborativas que integrem diferentes atores — como comunidades locais, governos e organizações — e promovam uma abordagem participativa são essenciais para o desenvolvimento de soluções sustentáveis que detenham o potencial de transformar políticas públicas, impactar as estruturas econômicas e fortalecer a coesão social, enfrentando os desafios globais e regionais de maneira integrada e inclusiva.

Em relação à dimensão política, Latour (2018) adiciona que a crise climática global trouxe profundas transformações políticas e sociais. Sob um novo regime climático, caracterizado por significativas alterações nas relações entre humanos, tecnologia e o planeta, a desconexão entre as elites globais e as populações locais é acentuada, uma vez que os impactos mais graves das mudanças climáticas são direcionados às populações locais, destacando como essa lacuna fomenta desigualdades e crises políticas.

Ao mesmo tempo, a crise climática global coloca em cheque a própria ideia de progresso, incentivando que o papel da humanidade seja repensado. A partir da ideia de terrestre, Latour (2018) aponta que uma possível nova maneira de nos situarmos no planeta é baseada na interdependência e reconhecimento dos limites ecológicos, tornando-se essencial, de forma radical, o distanciamento de um ideal de globalização a favor de uma política ancorada em territórios e que renovem o senso de pertencimento. Para tanto, a proposta trazida é de que as políticas elaboradas articulem solidariedade, responsabilidade ecológica e justiça social, sem a reprodução de modelos que exploram o planeta e excluem grande parte da população.

Embora as iniciativas comunitárias e sustentáveis apresentem soluções inovadoras e promissoras para enfrentar crises contemporâneas, como mudanças climáticas e desigualdades socioeconômicas, elas também enfrentam limites e desafios consideráveis. A dependência de apoio externo — seja de financiamento, conhecimento técnico ou reconhecimento institucional — muitas vezes limita a escala e a continuidade dessas práticas. Também, a tensão entre práticas locais sustentáveis e interesses globais, frequentemente moldados por grandes corporações e políticas econômicas neoliberais, dificulta a integração dessas abordagens tradicionais do desenvolvimento.

Internamente, há o desafio de se conciliar interesses e prioridades dentro das próprias comunidades, especialmente em contextos de diversidade cultural e econômica. Apesar do potencial transformador das metodologias participativas e colaborativas, elas demandam tempo, recursos e capacidade de gestão que nem todas as comunidades possuem. Por fim, a articulação de políticas públicas alinhadas com as práticas locais de governança de bens comuns ainda é limitada, dificultando a institucionalização de soluções integradas que poderiam ampliar os impactos positivos dessas iniciativas. Justamente por isso, e dada a urgência da questão climática e ambiental, entendemos a necessidade de maior diálogo entre comunidades, pesquisadores e formuladores de políticas para superar as barreiras estruturais e ampliar a abrangência das propostas sustentáveis para um futuro resiliente.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 2005.
- ASSUNÇÃO, Helena Santos. MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A estética política da gambiarra cotidiana. **Revista Compólitica**, Vol.6, N.1, p.91-114, 2016.
- BASTEIRO, Lluís; SERRANO TUR, Lúdia *et al.* **Negocios insaciables: Estado, transnacionales, derechos humanos y agua**. Espanha: Agência Andaluza de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AACID), 2015.
- ESCOBAR, Arturo. **Designs for the pluriverse: radical interdependence, autonomy, and the making of worlds**. Durham: Duke University Press, 2018.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GAGO, Veronica. **Neoliberalism from below: popular pragmatics and baroque economies**. Durham: Duke University Press. 2017.
- GUZMÁN CASADO, G.; GONZALES de MOLINA, M.; SEVILLA, E., **Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.
- HARVEY, David. **The new imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- LATOUR, Bruno. **Down to earth: politics in the new climatic regime**. Cambridge: Polity Press, 2018.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.
- MARTÍ, Anna. La gestión del agua como bien común en el municipio de Cochabamba (Bolivia): a 19 años de la guerra del agua. **Anuario del Conflicto Social**, v. 8, p. 10-1344, 2019
- MOULAERT, Frank; NUSSBAUMER, Jacques. The social region: beyond the territorial dynamics of the learning economy. **European Urban and Regional Studies**, Vol. 12, N. 1, p. 45-64, 2005.
- MOULAERT, Frank.; MEHMOOD, Abid; MACCALLUM, Diana.; LEUBOLT, Bernhard. **Social innovation as a trigger for transformations: the role of research**. Brussels: European Commission, 2017.
- OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

RODRÍGUEZ, Octavio. Desenvolvimento e cultura: a perspectiva de Celso Furtado. In: RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SCHMID, Christian. Henri Lefebvre, the right to the city, and the new metropolitan mainstream. In: BRENNER, Neil; MARCUSE, Peter; MAYER, Margit. (Ed.). **Cities for people, not for profit: critical urban theory and the right to the city**. New York: Routledge, 2012. p. 42-62.

SPINOZA, Baruch. **Ethics**. Princeton University Press. 1994.